

Novo índice reduz as mensalidades de escolas e universidades do País

BRASILIA — A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) informou ontem que haverá 13 índices para o reajuste das mensalidades das escolas de primeiro e segundo graus e outros quatro índices para o reajuste das escolas superiores. As diferenças se devem aos diversos índices de aumento autorizados anteriormente pelos Conselhos Estaduais de Educação e também a variação nas datas-base de reajuste dos professores de todo o País. Os índices divulgados ontem pela Fenen devem ser aplicados sobre a segunda semestralidade de 1985. O GLOBO publica também os índices de aumento anteriores ao pacote, para que se possa fazer a comparação. Em todos os casos, o novo índice é menor, havendo, portanto, redução nas mensalidades atuais.

Para calcular a nova semestralidade, comece somando todas as mensalidades pagas no último semestre do ano passado. Em seguida, aplique o novo índice (veja a tabela do seu Estado) sobre a soma total e converta o valor para cruzados (na proporção de Cz\$ 1.000 para Cz\$ 1,00) encontrando o valor das semestralidades de 1986. Depois disso, você ainda precisa calcular o que foi pago a mais. Some o que já foi pago este ano e converta para cruzados, na mesma proporção. Subtraia o valor encontrado do valor da atual semestralidade e divida o resultado pelo número de parcelas que você deve pagar até junho. Para calcular as mensalidades do segundo semestre, é só dividir a nova semestralidade por seis. Agora, só haverá aumento das mensalidades no próximo ano.

O Acre, que possui apenas quatro escolas particulares, não consta da tabela porque a Fenen não conseguiu saber o índice do aumento autorizado anteriormente pelo Conselho Estadual de Educação. Os territórios do Amapá e Roraima seguem o

índice autorizado pelo Conselho Federal de Educação, porque são regidos por legislação federal. Já o Rio de Janeiro possui dois índices para reajuste das mensalidades das escolas superiores, porque os profes-

res de Niterói, São Gonçalo e do interior do Estado tiveram aumento salarial em fevereiro. Os professores dos outros municípios, inclusive os da capital, terão aumento salarial em abril.

Tabela para cálculo das semestralidades das escolas de primeiro e segundo graus, por Estado:

Índice anterior	Estado	Novo índice
68 por cento	Piauí	65,96 por cento
68,3 por cento	Distrito Federal	66,01 por cento
69 por cento	Mato Grosso	66,13 por cento
69 por cento	Bahia	66,13 por cento
69,2 por cento	Santa Catarina	66,16 por cento
69,28 por cento	Rio de Janeiro	66,18 por cento
69,28 por cento	Espírito Santo	66,18 por cento
69,3 por cento	Rio Grande do Sul	66,18 por cento
69,3 por cento	Alagoas	66,18 por cento
69,3 por cento	Goiás	66,18 por cento
69,85 por cento	Rio Grande do Norte	66,19 por cento
70,03 por cento	Ceará	66,80 por cento
70,25 por cento	Mato Grosso do Sul	66,34 por cento
75 por cento	Amazonas	67,13 por cento
89,35 por cento	São Paulo	69,52 por cento
89,35 por cento	Paraná	69,52 por cento
89,35 por cento	Paraíba	69,52 por cento
89,53 por cento	Pará	69,52 por cento
89,35 por cento	Sergipe	69,52 por cento
89,35 por cento	Maranhão	69,52 por cento
89,35 por cento	Territórios	69,52 por cento
101,4 por cento	Minas Gerais	71,53 por cento
89,35 por cento	Pernambuco	73,4 por cento
131 por cento	Rondônia	76,46 por cento

Tabela para cálculo do aumento do valor das escolas superiores, por Estado:

Índice anterior	Estado	Novo índice
101,4 por cento	Minas Gerais	71,53 por cento
101,4 por cento	Sergipe	71,53 por cento
131 por cento	Rondônia	76,46 por cento
89,35 por cento	Pernambuco	73,4 por cento
89,35 por cento	Todo o resto do País	69,52 por cento

Alguns municípios do Paraná e do Rio de Janeiro (Niterói, São Gonçalo e interior do Estado, com exceção da Baixada Fluminense)

71,53 por cento